

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO: a participação da família

Priscila Vitória Silva Chaves¹

Orientadora: Bárbara Cristina Heitor Silva²

RESUMO: Considerando-se que a educação é um processo que ocorre em diferentes espaços e ambientes, e que a família desempenha uma função importante no desenvolvimento escolar do aluno, o presente artigo objetivou estudar a importância da participação da família na escola e, por meio de uma pesquisa bibliográfica, investigar se e como a escola de educação infantil tem possibilitado a participação das famílias na construção de um espaço democrático, por meio de atividades que envolvam as relações entre os alunos, a família, os professores e a equipe de gestão escolar. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, estritamente de cunho bibliográfico e caráter descritivo, que perpassa pelo estudo do percurso histórico de participação das famílias na educação infantil, seguida por uma abordagem sobre a gestão democrática na educação infantil, e incluindo a discussão sobre o papel da família e da escola no fomento à instauração de um espaço democrático na educação infantil. Ficou perceptível, por meio da pesquisa, que é de conhecimento geral a importância da participação da família no contexto escolar, com toda a sua importância advinda do fato de ser a base primeira para a formação do indivíduo, mas que, na realidade, essa integração não acontece sempre, e que a escola, em suas dificuldades financeiras e estruturais, assim como a própria família, em suas limitações decorrentes de uma própria educação insuficiente, não estão, em alguns momentos e cenários, prontas para promover, em conjunto, ações eficazes como deveriam.

Palavras-chave: Educação infantil. Família. Gestão Democrática.

1 INTRODUÇÃO

A educação pública, básica, e gratuita no Brasil, é baseada nos princípios da Gestão Democrática e Participativa que, por sua vez, tem suas origens nas transformações ocorridas na política educacional, a partir dos anos de 1980. Trata-se de um momento histórico que foi pautado pela mobilização social, pois foi o instante em que toda a sociedade conquistava mais democracia. Essa movimentação proporcionou um cenário em que aconteceu a abertura de escolas e um maior envolvimento da comunidade na realidade escolar, buscando o acesso e a permanência de todos no processo educativo. Assim, a gestão democrática se tornou um dos

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: priscilavitoria0.30@gmail.com

² Professora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: barbara.cristina2810@yahoo.com.br

assuntos discutidos na área educacional de reflexões e iniciativas públicas com a intensão de dar seqüência a um princípio constitucionalmente garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Um dos elementos fundamentais para que a escola democrática possa funcionar é a presença da família, possibilitando a participação do conjunto dos membros da sociedade escolar em todos os processos decisórios que dizem respeito à administração da escola. Além disso, a participação familiar corresponde aos ideais pedagógicos da gestão democrática participativa e na compreensão de que o trabalho coletivo, especialmente na unidade escolar, que tende a ser muito vantajoso, pois resulta de uma reflexão conjunta, em que a possibilidade de errar é menor se comparada à escola quando trabalha sozinha.

Na educação infantil, em especial, a participação da família é indispensável, lembrando que muitas crianças repetem na escola as atitudes que presenciaram em casa ou compartilham em casa o conhecimento adquirido na escola. É de suma importância que a família e a escola caminhem juntas, para, assim, propiciarem uma educação de maior qualidade. Essa parceria entre família e escola é um movimento em que todos da comunidade escolar são beneficiados. A família consegue organizar a rotina, acompanhar o desenvolvimento da criança e ajudá-la melhor. Já a escola, ao trazer para o diálogo os saberes, contradições, memórias e os valores das famílias e comunidade, reafirma a opção de adotar a perspectiva da educação e crescimento de um ser humano integral.

O trabalho conjunto dos responsáveis e da escola promove o aumento na qualidade das ações junto às crianças, bem como fortalece o vínculo e o respeito mútuo, tornando parceiros os responsáveis por essa educação.

A família é a primeira referência em que a criança encontra os modelos que vai seguir e, como essa referência que é, faz-se importante, fundamental, seu posicionamento como tal. É fundamental e indispensável que a família mantenha consciência sobre a importância que tem, que se faça presente no crescimento do seu filho, que se mantenha envolvida e comprometida, como suporte para os momentos difíceis, tanto no campo da cognição como do comportamento, promovendo intervenções, se necessário, e, da mesma maneira, impondo limites quando isso for pertinente.

Também de grande importância; é a aproximação entre essa instituição familiar e a escola. São duas bases que carregam uma responsabilidade conjunta, indissolúvel, responsáveis simultâneas pelo desenvolvimento da criança. Do lado da família, a criança recebe a educação inicial, tem contato com a cultura paterna, tem contato com os primeiros traços de cultura. Do lado da escola, tem seu primeiro contato com o processo de aprendizagem, seu desenvolvimento

cognitivo e recebe parte importante do que precisa para participar ativamente e de maneira eficaz da sociedade. Assim, é valoroso que ambos mantenham atenção às necessidades dessa criança, que estejam em sintonia, buscando que os resultados sejam satisfatórios tanto no ambiente familiar como no escolar. A família sendo exemplo, sendo molde de características individuais, e a escola respeitando e compreendendo, assim como trabalhando com base nessas características individuais, em observância à sua cultura, ao seu mundo, às suas particularidades.

Diante do exposto, a relevância da pesquisa sobre essa temática justifica-se pela premente necessidade em se abordar a Gestão Educacional, visto que é importante sua contribuição para com a melhoria na qualidade do que é entregue na escola e em seus serviços. Justifica-se, sobretudo, pela importância em se estudar a relação estreita entre a própria gestão escolar e a participação da família em seu contexto, visto que esta é mediadora e responsável por todo o princípio da formação da criança.

Vigora, atualmente, uma realidade na qual tanto a escola como a família são carentes do que é necessário para que essa relação se solidifique. A escola, preterida financeiramente e em relação à estrutura pelo governo e pelo Estado, e a família muitas vezes despreparada e sem saber, de fato, como pode contribuir para com os bons caminhos de seu filho na instituição educacional e no progresso da vida. Neste ínterim, a reunião de conteúdos e a apuração de conhecimentos sobre o tema se faz importante no sentido de fomentar a discussão e o debate, aumentando as chances de que iniciativas sejam consumadas buscando a melhoria dessa realidade.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como principal objetivo investigar como a escola de educação infantil tem possibilitado a participação das famílias na construção de um espaço democrático. São buscados, também, objetivos secundários pertinentes ao alcance do objetivo geral, como: apontar como se dá a Gestão na educação Infantil; refletir sobre a importância da Gestão democrática para a escola nos tempos atuais, assim como sobre o percurso histórico de participação das famílias na educação infantil; e investigar os meios pelos quais as famílias estão participando do ambiente escolar.

A escolha dessas temáticas tem origem nas experiências vivenciadas pela autora que, ao observar processos de escolarização no âmbito familiar, percebeu a necessidade dos alunos em ter uma família presente e atuante, independentemente das características e condições das mesmas. A base familiar é de grande importância para o sucesso e desenvolvimento da criança enquanto estudante. A escola e a família compõem um componente essencial na construção do desenvolvimento do aluno.

A escola necessita pesquisar quais os motivos que levam a se distanciarem tanto, e, sobretudo, criar estratégias para que a família saiba a sua importância na construção do desenvolvimento da criança e que, sem ela, dificilmente a escola conseguirá contribuir totalmente e da maneira mais efetiva na formação do(a) seu(sua) filho(a), o que se estende a todas as áreas de sua vida.

Para que os objetivos fossem alcançados, foi utilizada como ferramenta de pesquisa a pesquisa bibliográfica, que, segundo Marconi e Lakatos (1992), é o levantamento de bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito que puder sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

Deste modo, foram consultadas diferentes fontes, como artigos acadêmicos, encontrados principalmente em sites como Google Acadêmico, Scielo, e os Periódicos do Capes. Nesses espaços, buscou-se por expressões como “Gestão Democrática e Educação Infantil”, “Família e Escola na Educação Infantil”, “A relação da família e escola”, e “Família junto a gestão democrática”. Além dessas, foram tomados por base, também, autores relevantes para a temática, como Piaget (2007), Veiga (2007), Mendonça (2012), entre outros, e legislações pertinentes envolvendo o assunto.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Percurso histórico de participação das famílias na educação infantil

Historicamente, por muito tempo a educação da criança esteve exclusivamente sob responsabilidade da família, porque era através da convivência com os adultos e com outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. Na sociedade contemporânea, por sua vez, a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura. Segundo Corazza (2002), a criança era considerada um ser insignificante, sendo assim, percebe-se que o conceito de infância teve diferentes valores:

Não existe conceito de infância antes do século XVII; as crianças são percebidas como sendo inferiores na escala social e, por isso, não são dignas

de consideração... As relações pais / filhos são meramente formais; os pais são seres inacessíveis e as crianças inferiores, e, por isso, suas demandas e necessidades não são suficientemente valorizadas ao ponto de serem atendidas... A partir do século XVIII e início do XIX, ao mesmo tempo em que a infância é ressignificada, frequentemente as crianças são brutalizadas, exploradas e submetidas a indignidades (CORAZZA, 2002, p. 88).

A criança teve relevância perante a sociedade quando o Estado passou a se preocupar em protegê-la. Essa realidade se fez somente depois de instaurados meios de proteção à maternidade, o trabalho feminino e a questão econômica do processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial. Configurou-se o contexto histórico no qual as primeiras creches se constituíram no Brasil.

As creches populares serviam para atender aos filhos das mães que trabalhavam na indústria e também os filhos das empregadas domésticas. As creches populares trabalhavam somente com a alimentação, a higiene e a segurança física. Para Del Priore (1991), eram chamadas de Casa dos Expostos, ou, Roda. A sociedade ocidental católica criou uma forma de assistência infantil chamada Casa da Roda dos Expostos, que tinha como dever garantir a sobrevivência do enjeitado e preservar, em segredo, a identidade da pessoa que abandonasse ou encontrasse abandonado um bebê.

Para Del Priore (1991):

O fato é que a Roda, apesar de ter sido criada com o objetivo de proteger a infância abandonada, foi alvo de controvérsias em várias regiões do país. Para muitos, a Roda era uma forma de contracepção, que, protegendo o anonimato dos pais do enjeitado, estimulava e propiciava a licenciosidade e irresponsabilidade de homens e mulheres (DEL PRIORE, 1991, p. 99).

Desse momento em diante a creche no Brasil surge acompanhando a estruturação do capitalismo. A crescente urbanização e a necessidade de reprodução da força de trabalho ia desde a liberação da mulher-mãe para o mercado de trabalho até uma a visão de mais longo prazo em preparar pessoas nutridas e sem doenças.

Os primórdios da educação pública brasileira datam do século XX, e, ainda assim, precisou passar por diversas mudanças por décadas seguidas. No início do processo, a pré-escola não tinha caráter de formalidade, e não existiam professores com qualificação adequada, sendo o encargo, muitas vezes, assumido por voluntariado. A rotatividade era presente, visto que, pelo caráter voluntário das atividades, não era incomum que as pessoas desistissem em pouco tempo. Foi com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, no ano de 1988, que a criança passou a ter respaldo legal como indivíduo dotado de direitos. Foi, também, neste

momento, que a educação infantil foi incluída no sistema educacional (MENDONÇA, 2012).

A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, sob mesmo ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (BRASIL, 1988). O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) destaca, também, o direito da criança a esse atendimento a educação infantil.

Esse primórdio justifica a existência, até tempos atuais, da educação infantil voltada às populações financeiramente carentes. Mendonça (2012), pontua que essas crianças eram consideradas menos capazes, justamente por decorrência de sua situação financeira, como indivíduos que estariam menos preparados para responder aos estímulos educacionais.

O reconhecimento se deu por decorrência de anos de persistência, iniciando-se nos anos de 1980, quando aconteceu o período de abertura política¹, e a ampliação ao acesso escolar e o comprometimento do Estado para com a função de educação infantil passaram a ser cobrados com maior ênfase pela parcela popular da população. Depois de grande pressão, principalmente advinda de grupos sociais e feministas, finalmente, ficou reconhecido, na Constituição, que seria dever do Estado e direito da criança a educação em creches e pré-escolas. Assim diz a Constituição Federal em seu Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Além da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (BRASIL, 1990), destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, Lei nº9394/96, que, inclusive, incorporou a Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica, formalizou a municipalização dessa etapa de ensino, e, ao tratar da composição dos níveis escolares, inseriu a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica. Essa Lei define que a finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). De acordo com o Ministério da Educação, o tratamento dos vários aspectos como dimensões do desenvolvimento e não áreas separadas foi fundamental, já que “evidencia a necessidade de se considerar a criança como um todo, para promover seu desenvolvimento integral e sua inserção na esfera pública” (BRASIL, 2006, p. 10).

¹ A abertura política foi caracterizada pelo processo de liberalização do regime militar e busca pela redemocratização brasileira. Foi um período que perdurou por 14 anos, com início no ano de 1974, durante os governos Geisel e Figueiredo, e com término no ano de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição Federal do Brasil, está trazendo o reconhecimento da educação infantil básica como direito da criança e dever do Estado (SEINO; ALGARVE; GOBBO, 2013).

Os efeitos da promulgação da Constituição Federal, assim como das demais leis, se estenderam. Também em 1990, ano da mencionada criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ficou estabelecido que a primeira etapa da Educação Básica seria a Educação Infantil, e que todos os arcabouços educacionais descritos seriam tomados como direito da criança, assim como dever do Estado, e que a família faria a opção sobre a inserção da criança no meio educacional. A concepção de criança passava por uma reformulação, sendo ela enxergada como um indivíduo social, participante e integrante de uma cultura concreta (OLIVEIRA, 2002).

Ademais, extrapolando a formação inicial da criança e alcançando o momento de sua profissionalização, a complexidade da sociedade fazia com que fosse cada vez mais difícil a transmissão dos ofícios dos pais para os filhos, o que passou a ser assumido como encargo de agências específicas, e, dentre elas, a de maior destaque era, também a escola. Ampliava-se, assim, seu escopo, passando a escola a ser o principal ambiente de instrução educacional, e a família, em si, não era mais a única instituição à qual cabia tal responsabilidade (NOGUEIRA, 2006).

Com todo esse processo de mudança, as crianças e as famílias passaram a conviver com um novo sentimento de infância, e, por decorrência, a própria forma com que acontecia a educação familiar foi passando por transformações. Como haveria de ser em um curso natural de acontecimentos, a escola também passou por mudanças em sua estrutura. A partir do século XV, ela passou a dar um acesso cada vez maior às parcelas populares das famílias, diferentemente do cenário facilitado somente a uma minoria clériga, rica e burguesa, ampliando seu atendimento e deixando, parcialmente, sua configuração de asilo para estudantes pobres (ARIÈS, 2006).

Principiava, assim, um período pautado pela nova estrutura social entre a família e a escola. Não sem resistências, e acontecendo gradativamente, a escola foi recebendo a responsabilidade pela educação escolar da criança, até então assumida como encargo da família. Enfim, aproximava-se do que defende Rego (2003), ao afirmar que as funções sociais, educacionais e políticas que influenciam na formação do indivíduo são distribuídas, divididas e executadas pela escola e pela família.

Sobre isso, Dessen e Polonia (2007), explanam um pouco sobre essa responsabilidade conjunta das instituições escolar e familiar, assim como delineiam sobre aspectos inerentes a cada uma delas:

Na instituição escolar, os conteúdos curriculares certificam o ensino e aprendizagem do conhecimento onde há uma maior preocupação por parte da

escola. Na família, as preocupações principais já são outras, entre elas o processo de socialização da criança, como também a proteção, as condições básicas e também o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo de seus componentes (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22).

A família e a escola produzem um trabalho educacional com a criança, distinto entre si, porém com o mesmo nível de importância. Não é perceptível essa relação no passado, entretanto, se verificadas a produção e as pesquisas referentes à história da educação no Brasil, é possível constatar que essa aproximação e preocupação com a relação entre a família e a escola não é atual. Desde o início do século XX, a preocupação em aproximar as famílias da instituição escolar já existia.

Com a mudança da educação familiar para a escolar, os discursos educacionais se ampliaram e, progressivamente, novas temáticas e políticas foram adotadas. A família perdeu a sua prerrogativa de educar, mas, com as ideias de uma escola e uma pedagogia renovadas, a família reapareceu com o intuito de colaborar com a educação dos seus filhos. A fim de que realmente o lema de “instruir e civilizar” por meio da educação se efetivasse, a família não poderia ficar isolada do processo educativo (CAMPOS, 2011). Assim, segundo Oliveira (2003, p. 65), “sendo de grande importância o entrosamento família-escola na execução da tarefa educativa”.

A partir do exposto, fica perceptível que essa relação foi se tornando cada vez mais necessária, principalmente em se tratando da educação infantil. A família exerce papel importante no desenvolvimento das crianças, sendo nela que se desenvolvem os valores, os princípios e a personalidade. A escola complementa o trabalho na criação da criança como aluno, e desta parceria se resulta em um cidadão bem formado e atuante na sociedade. Além disso, a família não consegue contribuir para o desenvolvimento de todas as características cognitivas da criança, ponto em que são valorosas as experiências vividas pelas crianças, especialmente no convívio com outras crianças, o que ocorre principalmente na escola.

2.2 Gestão Democrática na Educação Infantil

A gestão democrática da educação está ligada aos padrões legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a união social: no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação da escola e da política educacional. Segundo Oliveira (2009, p. 2), a gestão democrática “pressupõe o trabalho coletivo

de elaboração do planejamento escolar e dos programas e currículos”. Com a aplicação dessa “política” no ensino; deve-se designar como preferência educacional a democratização da entrada e a permanência do aluno na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação.

Essa gestão democrática está descrita na Constituição Federal (BRASIL, 1988) como sendo regida pela transparência e impessoalidade, autonomia e participação. Sobre transparência, segundo Araújo (2000):

Transparência afirma a dimensão política da escola. Sua existência pressupõe a construção de um espaço público vigoroso e aberto às diversidades de opiniões e concepções de mundo, contemplando a participação de todos que estão envolvidos com a escola (ARAÚJO, 2000 p.155).

Por se tratar de um espaço público, de diversidade de opiniões e concepções do mundo, caracteriza-se a escola como um espaço social, em que se vislumbram objetivos específicos que visam a proporcionar as condições mais próximas às ideais para o desenvolvimento dos alunos, o que se dá por meio da compreensão dos conteúdos, a fim de que se tornem cidadãos participativos na sociedade da qual fazem parte. A organização escolar necessária a isso implica no favorecimento de tais objetivos e nas melhores condições do trabalho docente (GUTIERREZ; CATANI, 2008). Percebe-se a necessidade de articulação e a tendência por se precisar de certa interdependência entre a organização e a gestão nesse processo, o que demanda poder para administrar livremente, com autonomia, outra prerrogativa defendida como regência à gestão democrática na Constituição Federal.

Sobre isso, Campos e Silva (2009, p. 1867) destacam que:

Autonomia de uma instituição significa ter o poder de decisão sobre seus objetivos e suas formas de organização, manter-se relativamente independente do poder central, administrar livremente recursos financeiros. As escolas públicas, como não são organismos isolados, dependem do sistema central, das políticas e da gestão pública. Possuem uma autonomia relativa, ou seja, a autonomia de uma escola pública pauta-se no planejamento, na organização, na orientação e o controle de suas atividades internas, estando sujeita à adequação e aplicação das diretrizes gerais que recebem dos níveis superiores da administração do ensino (CAMPOS; SILVA, 2009, p. 1867).

Percebe-se que a ação educacional se desenvolve em conjunto com um contexto de outras ideias, como, por exemplo, gestão, organização, transformação e cidadania. Isso permite pensar em gestão no sentido de uma articulação consciente entre ações que se realizam no

cotidiano da instituição escolar e o seu significado político e social. Sobre isso, Lück et al. (2005) afirmam que:

Segundo o princípio da democratização, a gestão escolar promove, na comunidade escolar, a redistribuição e compartilhamento das responsabilidades que objetivam intensificar a legitimidade do sistema escolar, pelo cumprimento mais efetivo dos objetivos educacionais (LÜCK et al., 2005, p. 16).

Neste sentido, identifica-se a necessidade da participação ativa da comunidade no ambiente escolar, devendo ela fazer parte das discussões em favor da organização e promover o atendimento quando for necessário. A atuação democrática da educação escolar está ligada aos mecanismos legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a participação da comunidade na tomada de decisões, tais como: no planejamento e elaboração do Projeto Político e Pedagógico (PPP); na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação da escola e na relação escola-família-criança. Trata-se de assumir a docência como trabalho interativo, e a valorização da participação da comunidade escolar na tomada de decisão, corroborando para com a construção de um ambiente coletivo, no qual os objetivos e o funcionamento da escola sejam alcançados por meio de ação conjunta, diálogo e consenso (LIBÂNEO, 2004).

Nas escolas, onde se desenvolve e executa o Projeto Político Pedagógico (PPP), este que é reconhecido por todos os indivíduos do processo de ensino aprendizagem, torna-se indispensável que um critério avaliativo também seja usado, visto que é através de critérios avaliativos que se reconhecem e comprovam os propósitos obtidos e aqueles em que ainda se pode melhorar, para, então, reconstituir o planejamento e alcançar um fim positivo, que esteja mais perto sucesso total na educação. Isto é, avaliação e planejamento constituem-se como instrumentos imprescindíveis a qualquer gestão escolar para apontar uma direção à suas ações, dos educadores e, essencialmente, dos educandos em formação na instituição.

Com esse ponto de vista, um novo modelo determina uma modificação do ponto de vista administrativo para o de gestão e, como resultado, isso vem acontecendo nas organizações e também nas escolas. Contudo, essa mudança ocorre com objetivo de mobilizar, organizar e articular a atuação humana e, particularmente, o trabalho coletivo.

Acerca da relevância da gestão, pode-se afirmar, segundo Lück (2006) que:

Com a denominação de gestão, o que se preconiza é uma nova ótica de organização e de direção de instituições, tendo em mente a sua transformação

de atuação, de pessoas e de instituições de forma interativa e recíproca, a partir de uma perspectiva aberta, democrática e sistêmica (LÜCK, 2006, p. 109).

Ao ser desenvolvida a gestão democrática da escola pública em âmbito legal, as escolas passaram a ter a oportunidade de serem amparadas pela comunidade, o que significa fechar parcerias com instâncias que não pertencem a parte da equipe pedagógica da escola, criando uma realidade em que se proporciona a ampliação de horizontes e a possibilidade de conjugação de experiências e posições (FERREIRA, 2001).

É realidade que essa relação de parceria deve ser bem organizada e estruturada para que não ocorram desvio do processo democrático, principalmente considerando-se que, quando se fala em escola, no Brasil, refere-se a uma instituição desfavorecida financeiramente e estruturalmente, e que a própria comunidade não conhece bem seu papel diante de uma realidade de gestão participativa. Corroborando com a ideia de Gutiérrez e Catani (2008):

Isso significa dizer que, quando se fala em gestão participativa no âmbito da escola pública, refere-se a uma relação entre desiguais onde se encontra uma escola sabidamente desparelhada do ponto de vista financeiro para enfrentar os crescentes desafios que se apresentam e, também, uma comunidade não muito preparada para a prática da gestão participativa da escola, assim como do próprio exercício da cidadania em sua expressão mais prosaica (GUTIERREZ; CATANI, 2008, p. 69).

Ficam perceptíveis ideias e planos com grande potencial de melhoria em relação à escola e sua gestão. No entanto, são iniciativas ou idealizações que muitas vezes se esbarram com limitações da própria escola e da comunidade impostas ou decorrentes de fatores como o financeiro e o cultural. Como resultado, existe a dificuldade em se instaurar tais ideias e planos, o que priva o educando de boas possibilidades de formação. E, em se falando de formação, são ainda mais fortemente afetados os alunos da Educação Básica e Infantil, visto que se trata de um período no qual estão sendo justamente em formação inicial (VEIGA, 2007).

A gestão democrática escolar, principalmente na Educação Infantil, tem como base de sustentação a participação, uma vez que todos os componentes que constituem a escola, sejam funcionários, sejam alunos ou pais, são elementos essenciais nas decisões e funcionamento escolar, e não somente o próprio governo e o Estado.

Segundo Veiga (2007):

A democratização da educação básica e superior como direito de todos os cidadãos é uma meta não somente de governo ou do Estado, mas é também na aspiração, relativamente manifesta tanto social como individualmente, ainda

que de maneira mais ou menos latente, porém muitas vezes negada pelo exercício da restrição aberta ou velada à efetiva democratização da sociedade brasileira (VEIGA, 2007, p.7).

A democracia no âmbito no ensino básico, inclusive da Educação Infantil, constitui-se como direito assegurado, mas que, na verdade, nem sempre está presente na realidade escolar e na sociedade de forma geral. Ou seja, tanto no contexto escolar como no social, a democracia nem sempre é algo presente, apesar de ser expresso como direito (VEIGA, 2007). E, ainda, e mais uma vez, a própria comunidade tende a não estar sempre pronta e preparada para exercer tal direito, visto que lhe falta, muitas vezes, as capacidades pessoais e culturais para que façam dela exercício, algo que poderia ser entregue pelo próprio universo educacional (PARO, 2000).

Paro (2000) destaca que:

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata (PARO, 2000, p. 78).

Percebe-se que a gestão escolar teria, em circunstâncias ideais, inclusive, a possibilidade promover a qualidade de ensino, educação e cidadania que são necessárias para que a comunidade, em si, esteja mais bem preparada para participar de forma efetiva na própria gestão democrática.

Neste sentido, gestão democrática na educação, sobretudo na Educação Infantil, é uma das formas de garantir o controle da sociedade civil perante as decisões e debates referentes ao anseio da escola. Possibilita, ainda, expressar seu pensamento sobre um determinado assunto da escola e, de forma organizada, consegue trazer para dentro da instituição recursos materiais e melhores condições para os profissionais em educação. Vale lembrar que, algumas décadas atrás, a administração escolar se resumia em planejamento, organização e direção, sobretudo em hierarquia de cargo. Por outro lado, “a gestão, por sua vez, envolve estas atividades necessariamente incorporando certa dose de filosofia e política. O que existe é uma dinâmica interativa entre ambas” (LÜCK, 2006, p. 99).

Naturalmente, diante de todos os preceitos elucidados de gestão democrática, é necessário que o gestor, em si, reúna características e atitudes pertinentes e promova objetivos e ações que permitam que essa realidade se instaure. Lück (2000) relaciona alguns desses objetivos e ações:

Cria ambientes participativos, cria uma visão de conjunto associada a uma ação de cooperativismo, promove um clima de confiança, valoriza as capacidades e aptidões dos participantes, associa esforços, quebra arestas, elimina divisões e integra esforços, estabelece demanda de trabalho centrado nas ideias e não em pessoas desenvolve a prática de assumir responsabilidades em conjunto (LÜCK, 2000, p. 18).

Por fim, em se tratando de gestão participativa no ambiente da educação infantil, prerroga-se, ainda, que a questão da autonomia também se estende às crianças, que são personagens ativos e protagonistas do processo de ensino-aprendizagem e das próprias ações da gestão. Autonomia, liberdade de se expressar e acolhimento são bases para o significativo desenvolvimento do aluno e, portanto, são premissas a serem desenvolvidas por meio de metodologias eficientes, que podem, inclusive, ser objeto de análise no próprio processo de gestão democrática (LIBÂNEO, 2004).

Portanto, a gestão democrática pode ser compreendida como:

Um processo no qual as pessoas atuam na escola, identificam problemas, discutem, deliberam, planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola, na busca de soluções dos problemas que a escola tenha ou que venham a surgir. Esse processo é sustentado pela participação efetiva de todos os envolvidos na escola (comunidade escolar) (NASCIMENTO; CAVALCANTI, 2017, p. 206).

A gestão democrática, inclusive e sobretudo na Educação Infantil, que acontece justamente na fase de formação inicial do cidadão, tem como uma das bases de sustentação a participação da comunidade escolar e da sociedade civil, tanto na questão do poder quanto na decisão. Além disso, também corresponde em novos processos de organização e gestão que contemplem os processos coletivos e participativos de decisão.

2.3 Família e Escola: espaço democrático na educação infantil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), caracterizada pela Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), aborda diretamente a gestão democrática escolar. Com isso, fica legitimado o direito de se debater a respeito da necessidade e da importância de se promover a participação de toda a comunidade no processo de tomada de decisão na escola, incluindo pais, professores e corpo docente. A família pode, portanto, se fazer presente no processo decisório da gestão escolar, em um esforço coletivo visando a resultados cada vez melhores. É uma vitória da democracia na escola, e uma oportunidade de transformar o espaço escolar em um instrumento

público de troca de experiências e pontos de vista, confluindo pais e educadores em um único objetivo no qual o aluno é protagonista (VIRGÍNIO, 2020).

Consoante a isso, a família brasileira tem passado por muitas transformações, precisamente nas últimas décadas, desempenhando um papel decisivo na educação formal e informal dos filhos, sendo considerada instituição fundamental e indispensável para a formação do caráter do indivíduo. É na família que se constroem valores culturais e morais. Como se constata, a família é uma parte de um todo maior, o sistema de parentesco, que consiste numa estrutura de papéis e relações baseadas nos laços de sangue e de afeto, que ligam homens, mulheres e crianças (VIRGÍNIO, 2020).

De acordo com Orsi (2003, p. 68), a família se modifica através dos tempos, mas em termos conceituais, é um sistema de vínculos afetivos onde deverá ocorrer o processo de humanização. A transformação histórica do contexto sociocultural resulta de um processo em constante evolução ao qual a estrutura familiar vai se moldando.

Segundo Kaloustian (2000), a importância da presença da família no processo de aprendizado das crianças tem sido fortemente evidenciada nas últimas décadas. Percebem-se, inclusive, dificuldades que somente são presentes quando da sua ausência. Crianças acompanhadas em conjunto pelos pais e pelas escolas têm potencial de ser muito mais bem atendidas, visto que serão observadas em sua totalidade, incluindo os aspectos basilares que dizem respeito à família, e não somente por meio do contato por tempo limitado que acontece no ambiente escolar.

Qualquer criança em processo de desenvolvimento tem sua identidade formada no seio familiar. Portanto, o valor desse núcleo é indiscutível e importante no processo de educação escolar. “Pensa-se a necessidade da valorização das famílias, enquanto lócus de produção de identidade social básica para qualquer criança, tendo em vista a formação de uma cidadania ativa” (KALOUSTIAN, 2000, p. 44).

Ademais, Costa (2011) afirma que “o papel da família é estimular o comportamento de estudante nos filhos, mostrando interesse pelo que eles aprendem e incentivando a pesquisa e a leitura”. Cabe à própria escola orientar a família no sentido de ela estar apta, consciente e preparada para executar esse papel presente.

Marchesi (2004) informa que a educação não é um trabalho que a escola possa realizar sozinha, sem a ajuda de outras instituições, e inclui principalmente a família, que é a instituição que mais perto se encontra da escola. Sendo assim, sabendo que escola e família caminham tentando alcançar os mesmos objetivos, devem elas observar os mesmos ideais e, conjuntamente, enfrentar as dificuldades e os conflitos que preocupam a escola, os alunos e as famílias.

Família e escola não devem, segundo toda essa premissa, existirem de forma desconexa e individualizada, pois a formação da criança não acontece em duas vias distintas. A educação, como um todo, é um encargo conjunto, e o ingresso escolar é tão somente uma das diversas etapas. Segundo Reis (2007, p. 6), “a escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos”.

Em todas as linhas em que o aluno é o protagonista do sistema de ensino, fica evidenciada não somente a intenção, mas a necessidade de se instituir uma relação positiva e eficiente entre a escola e a família, sendo essa atuação conjunta premente de existir em qualquer trabalho educativo. Diante disso, é inclusive necessário que a escola, enquanto instituição melhor preparada em termos de técnica e instrução, exerça também a função de educar, informar e orientar a família sobre os assuntos pertinentes à sua adequada atuação, para que ela esteja em condições de fazer sua parte coerentemente, no sentido de propiciar o que é necessário para o desenvolvimento escolar e social da criança. Segundo Piaget (2007, p. 50), “se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem, senão educados, ao menos informados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos”.

Mais do que nunca; fica evidente a necessidade pelo engajamento da família no desenvolvimento educacional, ensino e aprendizagem da criança. É algo que tende a beneficiar o desempenho escolar, visto que o convívio da criança com a família é muito maior do que o convívio com a escola. Na educação infantil; isso se torna ainda mais necessário, pois, o processo de transição pelo qual a criança passa pode causar dificuldades no desempenho escolar.

Libâneo (2004) defende que a participação dos pais na escola acontece por meio dos movimentos já existentes para esse objetivo, a exemplo dos conselhos escolares e das associações de pais, estes já possuindo legítimo poder de interação e atuação no ambiente escolar. Suas funções são de suporte ao desenvolvimento do sistema educacional por meio do seu conhecimento e presença junto à criança, e de contribuição para a composição de uma proposta pedagógica efetiva, assim como de acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas.

Percebe-se constante avanço no que diz respeito à elaboração de políticas e legislações em favor de uma gestão democrática e participativa, conseqüentemente em favor da articulação entre a escola e a família. Existem avanços na legislação, nas Diretrizes Curriculares e até mesmo em fontes de financiamento, a exemplo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em vigor

desde 2007, com a intenção de promover a valorização do profissional de magistério. No entanto, segundo Nascimento e Cavalcanti (2017, p. 203), “ainda existe uma distância entre o previsto e o promovido pelos municípios que são em maior parte responsáveis pela gestão da Educação Infantil”, e são importantes, no sentido de diminuir essa disparidade, mobilizações de cobrança, por parte dos pais e da própria escola, junto aos conselhos municipais e estaduais de educação.

Cabe aos cidadãos e instituições assegurarem que esses direitos sejam colocados em prática em ambientes educacionais. A escola tem como tarefa sociopolítica auxiliar os indivíduos na formação e construção da consciência em relação ao lugar em que possa ter processo de fortalecimento da democracia e da humanização da sociedade (NASCIMENTO; CAVALCANTI, 2017, p. 204).

Em adendo à própria ausência da ideal participação da família junto à escola para a construção de uma proposta pedagógica conjunta e democrática, que se percebe por, muitas vezes, mera falta de consciência sobre esse papel ou do conhecimento sobre como exercê-lo, ainda existe o fator limitante da estrutura e das finanças. Por mais que existam iniciativas no sentido de promover fundos e aportes, que são importantes, a escola ainda não conta, de forma geral, com a estrutura que precisaria. Sobretudo, os professores e o corpo docente não recebem remuneração suficientemente adequada para se fazerem presentes por completo no objetivo de promover as ações necessárias para instaurar, de fato, toda a realidade idealizada (GUTIERREZ; CATANI, 2008).

Nascimento e Cavalcanti (2017) realizaram um estudo que exemplifica tal realidade. Em entrevistas, receberam informações de coordenadoras e diretoras de ambientes escolares reais, relatando que as condições físicas das escolas e a falta de funcionários para determinadas funções são fatores difíceis, e que a almejada participação popular e familiar, por meio ações democráticas, não se faz como seria desejado, porque os pais são conhecedores dos seus direitos, mas não se mobilizam para efetivá-los. Afirma-se que as pessoas não se sentem sujeitos das próprias ações, e que, em geral, permanecem inertes e até acomodadas (GUTIERREZ; CATANI, 2008).

De um lado, portanto, a limitação física e financeira das escolas, que impele uma realidade na qual professores e corpo docente não conseguem se dedicar intensamente como seria necessário para mobilizar ações educativas junto à própria comunidade no sentido de conscientizá-la e, sobretudo, educá-la sobre seus direitos e seu papel, da consciência deles até a importância em fazê-los acontecer, de fato. Do outro, a inércia da comunidade e dos pais dos

alunos, que, também imersos em suas preocupações cotidianas, acabam por deixar a cargo unicamente da escola a responsabilidade pela formação e educação dos seus filhos. Instaura-se uma realidade em que existe o ideal de uma educação participativa, conjunta e democrática, mas que, na prática, não se aplica por decorrência de deficiências basilares que são presentes e difíceis de se resolver.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa apontaram como a escola de educação infantil tem preconizado a participação das famílias na construção de um espaço democrático ao longo dos anos. Sendo assim, percebe-se a importância do envolvimento da família na vida educacional da criança, pois a família é capaz de despertar o real interesse, a curiosidade e a motivação no processo de aprendizagem da criança, tendo em vista que é no seio familiar que a criança dá os seus primeiros passos, ou seja, é no ambiente familiar que acontecem os primeiros aprendizados, hábitos e costumes.

Ficou evidenciado que a escola e a família precisam estar sempre unidas, uma atuando conjuntamente com a outra na tentativa de alcançar um melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade. A relação entre a escola e a família tem despertado um crescente interesse, dado sua importância para a educação e o desenvolvimento humano.

Assim sendo, pode-se dizer que um dos objetivos principais da educação, atualmente, é favorecer uma participação que gere compromisso da família com a aprendizagem, o sucesso escolar do seu aluno e compromisso da escola.

Por meio da pesquisa, foi possível compreender sobre como funciona a gestão na educação infantil brasileira, a legislação pertinente, as diretrizes, os preceitos que norteiam a questão da educação como direito, e um pouco sobre como foi o percurso até que se chegasse à realidade atual.

Refletiu-se, também, como foi previamente delineado nos objetivos do estudo, sobre a importância da gestão democrática para a escola de hoje, e sobre os benefícios da participação das famílias na educação infantil. Foram apresentados os ideais de gestão e de tomada de decisões de forma conjunta, reunindo as características da escola, enquanto espaço de educação, e da família, onde a criança tem seu primeiro contato com pessoas, com a cultura e com a ideia de princípios.

Investigou-se, ainda, sobre os meios pelos quais as famílias podem participar e como estão participando do ambiente escolar. Ficou perceptível que existem benefícios substanciais

que decorrem da ação e gestão conjunta entre escola e família, e que existem, inclusive, o incentivo moral para que isso aconteça. No entanto, percebe-se que a realidade não acompanha esse ideal. A escola, de seu lado, é limitada por questões físicas, de estrutura e financeiras, o que dissipa a possibilidade de os professores e o corpo docente conseguirem colocar foco em executar metodologias de educação comunitária. Sem essa educação, a família, de seu lado, permanece inerte, deixando a educação inteiramente a cargo da escola.

A forma como a escola de educação infantil tem possibilitado a participação das famílias na construção de um espaço democrático, questão levantada no objetivo central do estudo, é, portanto, caracterizada por um processo em evolução, ainda carente de plena execução por decorrência das limitações relacionadas. Sugestões, inclusive, para estudos futuros derivando da presente pesquisa, podem perpassar por análises sobre possíveis soluções e pela procura de eventuais iniciativas vigentes que visem à minimização ou à gradativa eliminação dessas limitações.

Link para vídeo de apresentação disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=oTVmLhTo_5Q.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Adilson César de. **Gestão democrática da educação**: a posição dos docentes. 2000. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006. 196 p. Disponível em: https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Busca/Download?codigoArquivo=112&nomeArquivo=ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_text.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Governo Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Governo Federal, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**

Nacional. Brasília: Governo Federal, 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, 2006. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acesso em 22 fev. 2021.

CAMPOS, Marli; SILVA, Neide de Melo Aguiar. **Gestão escolar e suas competências: um estudo da construção social do escudo da gestão.** In: Congresso Nacional Da Educação – EDUCERE, 9. 2009. Curitiba. Anais... Curitiba, 2009. Disponível em:
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2736_1234.pdf. Acesso em 12 mar. 2021.

CAMPOS, Alexandra Resende. **Família e escola:** um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campus do Gragoatá–São Domingos, p. 24.210-350, 2011. Disponível em:
https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Alexandra_Campos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

CORAZZA, Sandra Mara. **Infância e educação:** era uma vez, quer que eu conte outra vez? Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em:
https://www.academia.edu/31897310/Era_uma_vez_Quer_que conte_outra_vez. Acesso em: 14 mar. 2021.

COSTA, Átila. Conselho Escolar: a comunidade participando da Gestão Escolar. In: Congresso Nacional Da Educação – EDUCERE, 10. 2011. Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5991_3246.pdf. Acesso em 12 mar. 2021.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991. Disponível em:
<http://plataformapesquisas.acasatombada.com.br/omeka/files/original/762ed8ae224d11a786c651d4c008ad7d.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, 2007, v. 17, n. 36, p. 21-32. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. (Org.). **Gestão democrática da educação:** Atuais tendências, novos desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUITIÉRREZ, Gustavo Luis; CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KALOUSTIAN, Silvio. **Família brasileira a base de tudo.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 26. ed. São Paulo: Edições Loyola: 2011. Disponível em:
<https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/democratizacao-da-escola-publica-jose-carlos-libaneo-concursos-pedagogia>. Acesso em: 18 mar. 2021.

LÜCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira de; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre: Artmed, 2004. Disponível em: <https://zbukarf1.ga/read.php?id=HzBIDQAAQBAJ>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/ss51sn>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e Prática na Educação Infantil**. Maringá, PR: Unicesumar, 2012.

NASCIMENTO, Leandra Fernandes do. CAVALCANTE, Maria Marina Dias. Gestão democrática na educação infantil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 1, p. 190-214, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9991/6598>. Acesso em 01 abr. 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e Escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação e Realidade**, v. 31, n. 2, p. 155-170, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rer/v31n02/v31n02a10.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia da educação**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002. 255 p. Disponível em: <https://document.onl/documents/livro-educacao-infantil-fundamentos-e-metodos.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

OLIVEIRA, Dalila A. Profissão docente e gestão democrática da educação. **Revista Extra-classe**, v. 1, p. 210-217, 2009. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/72213043/4-oliveira-2009>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ORSI, Maria Julia Scicchitano. Família: reflexos da contemporaneidade na aprendizagem escolar. Maringá ABP, In: Encontro Paranaense de Psicopedagogia, 1. 2003, Maringá, **Anais...** Maringá: ABP, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. Disponível em: https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/gdep_4ed-rev-atual-2.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1822951/mod_folder/content/0/Para%20onde%20vai%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20-

%20Jean%20Piaget%20%28scaneado%29.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 18 mar. 2021.

REGO, Teresa Cristina. **Memórias da escola:** cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

REIS, Risolene Pereira. Relação família e escola: uma parceria que dá certo. **Mundo Jovem:** um jornal de ideias, n. 373, p. 6. São Paulo: fev. 2007.

SEINO, Eduardo; ALGARVE, Giovana; GOBBO, José Carlos. Abertura política e redemocratização: entre o moderno-conservador e uma “nova sociedade civil”. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 2, n. 1, p. 31-42, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/6922/4982>. Acesso em: 10 mar. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para a reflexão em torno do projeto políticopedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE; Lúcia Maria Gonçalves de (Org.). **Escola:** espaço do projeto-político-pedagógico. São Paulo: Papirus, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/405795293/Escola-Espaco-do-projeto-politico-pedagogico>. Acesso em 22 mar. 2021.

VIRGÍNIO, Regina Maria Araújo. A integração entre pais e escola: a influência da família na educação infantil. In: Anais Educação e Formação Continuada na Contemporaneidade. **Anais...** Natal (RN) Evento on-line - Amplamente Cursos, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/Amplamentecursos/236190-A-INTEGRACAO-ENTRE-PAIS-E-ESCOLA---A-INFLUENCIA-DA-FAMILIA-NA-EDUCACAO-INFANTIL>. Acesso em: 30 mar. 2021.